



EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº137/2026
PROCESSO Nº886/2026

O **Município de Alta Floresta Doeste/RO**, vem por intermédio do pregoeiro/Agente Contratação designado pelo Decreto nº 10.979/2025, tornar público para conhecimento dos interessados que fará realizar **DISPENSA DE LICITAÇÃO, na sua forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do Art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares estabelecidas neste ato convocatório, cujas propostas deverão ser entregues nos termos estipulados neste edital e seus anexos.

1 - DO OBJETO

Contratação por **Dispensa Eletrônica** em atendimento ao disposto do artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, objetivando para **LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO LS – CAVALO MÊCANICO**.

1.2. Compõem e integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) **ANEXO I:** Termo de Referência
- b) **ANEXO II:** Especificações Técnicas dos Produtos e Quantitativos (Modelo de Proposta)

1.3. LOCAL, DATA E HORA DE CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

- **CADASTRO DE PROPOSTAS A PARTIR DO DIA: 01/07/2026**
- **ABERTURA DA SESSÃO DIA: 03/07/2026 às 08h00min**
- **ENCERRAMENTO DA DISPUTA: 03/07/2026 às 14h00min**

Local: No endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

1.4. PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA / DF.

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – A Dispensa Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condição de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases. A partir do horário previsto neste **Edital**, a sessão pública na Internet será aberta automaticamente na data e horário previstos neste edital.

2.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a), designado **Agente de Contratação**, com certificação digital.



2.3 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2.3.1 - VALOR ESTIMADO: R\$59.700,00 (Cinquenta e nove mil e setecentos reais), “Todas as Pesquisas de Preços, Cotações, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos, gastos estimados nos últimos anos, são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade do Agente de contratação ou à Comissão de Licitação”.

3 – CREDENCIAMENTO

3.1 – Para participar da Dispensa Eletrônica, o licitante deverá estar credenciado no sistema eletrônico utilizado pelo município, através do site <https://licitanet.com.br/> ;

3.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Dispensa na forma eletrônica;

3.4 – O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006 e alterações, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

3.5 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4 – DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), exigidos no edital, PROPOSTA com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO, MARCA/MODELO (no caso de material que puder ser identificado por marca e modelo), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação, e, ainda, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico:

4.2 – As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

4.3 - Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo Agente de Contratação;



4.4 – A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

4.5 – O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

4.6 – Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta dispensa;

4.7 – O envio da **proposta**, exigida neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

4.8 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123 de 2006;

4.9 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir **a proposta** anteriormente inseridos no sistema;

4.10 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

4.11 – Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como deve acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.12 - Os arquivos deverão estar preferencialmente, no formato PDF, seguindo a ordem de sequência, conforme o edital.

4.13 - No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

4.13.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.13.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.13.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.13.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;



4.13.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.13.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5 - ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 **A partir das 08:00h** da data estabelecida neste Aviso de Dispensa, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa de Licitação.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6 - JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS



6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

07 - DA HABILITAÇÃO

07.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constante abaixo, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

07.1.2 – Caso a licitante vencedora apresente a Certidão do Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF vigente, fica dispensado de apresentação dos documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômica:

7.1.3 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;



7.1.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação do Agente de Contratação em CHAT, sob pena de inabilitação;

7.1.5 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

7.1.6 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

7.1.7 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.1.8 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

8– OS LICITANTES DEVERÃO ENCAMINHAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial**, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil**, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.
- e)** Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br , ou;
- f)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.



8.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** -

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, *nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.2.3.1 – Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da pessoa jurídica com data de



TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. A unidade requisitante da presente contratação é a Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE.

2. OBJETO

2.1. Contratação por **Dispensa Eletrônica** em atendimento ao disposto do artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, objetivando para **LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO LS – CAVALO MÊCANICO**, conforme especificações, prazos e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação será realizada por meio de rito instituído pela Lei Federal 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras; ([decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025](#))

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A justificativa da necessidade da contratação encontra-se descrita no item 3 (três) e seus subitens no Estudo Técnico Preliminar.

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO

4.1. A estimativa da quantidade foi informada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, onde o mesmo informou que essa contratação é necessária enquanto dê tempo hábil a montar um processo de registro de preços.

4.2. Tendo em visto que vem aumentando consideravelmente a frota de máquinas pesadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura que necessita ser transportada para a zona rural do município para auxiliar nos trabalhos de recuperação das estradas vicinais.

4.3. Segue abaixo a quantidade do objeto a ser contratado:

Item	Discriminação	Und	Quant	Valor unitário em R\$	Valor total em R\$
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO LS, O CAVALO MECÂNICO DEVE SER NO MÍNIMO 4X2, DEVENDO POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: MOTOR A DIESEL TURBOALIMENTADO DE 06 CILINDROS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 300 CV, EM BOM ESTADO DE	UND	3		



CONSERVAÇÃO, AMBOS DEVE SER NO MÍNIMO DO ANO DE 2.010 OU SUPERIOR.				
A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva do veículo, incluindo a reposição de peças, materiais, acessórios, lubrificantes, graxas, filtros, conservação e segurança e deslocamento/transporte até o pátio da Secretaria. A Secretaria Municipal de Infraestrutura ficará encarregada de fornecer o motorista e o combustível necessários para a execução dos serviços			19.990,00	59.970,00

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DESSA CONTRATAÇÃO

5.1. O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o **Menor Preço por Item**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

6. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA

6.1. O objeto deverá ser apresentado no pátio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, situado na Avenida Minas Gerais nº 4626, Bairro Cidade Alta, Alta Floresta D'Oeste – RO, CEP 76.9540-000. Sendo que o mesmo tem horário de funcionamento de segunda a sexta feira, das 7:00hrs às 17:00 horas.

6.2. A empresa vencedora terá o prazo máximo de até 7 (sete) dias para apresentar o objeto, a contar do recebimento da nota de empenho, independente da sede da empresa.

7. METODOLOGIA DE RECEBIMENTO DO PRODUTO

7.1. O objeto deverá ser apresentado no local informado no tópico acima, onde o objeto deverá ser apresentando os equipamentos em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança.

7.2. O objeto ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

7.3. Caso o objeto apresentar algum defeito mecânico impossibilitando o mesmo de ser utilizado, o objeto deverá ser substituído, de imediato.

7.4. A execução será acompanhada por boletins de medição de horas, emitidos pela contratada e atestados pelo fiscal do contrato os quais servirão de base para a liquidação e pagamento das despesas.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO se compromete a efetuar o pagamento em até 30 dias, após processamento da nota fiscal pelo setor de execução orçamentária, através de depósito bancário, após a execução do serviço e atestado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Alta Floresta D'Oeste - RO, comprovada a adequação com o disposto no edital.



8.2. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho e os Dados Bancários da empresa.

8.3. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência não será aprovada e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

8.4. A devolução da nota fiscal não aproveita pelo setor de pagamento em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.

8.5. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO efetuará o pagamento da nota fiscal, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas, sendo efetuado a retenção da fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

8.6. Todos os pagamentos estão sujeitos à **ordem cronológica de pagamento** instituída pela Administração Municipal.

8.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal e os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio da Licitante;
- Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da Licitante;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

8.7.1. Consulta Simples Nacional no site da Receita Federal para fins de isenção do imposto de renda retido na fonte.

9. PENALIDADES

9.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir com as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas as penalidades previstas pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, a saber: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar declaração de inidoneidade.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Para participar da licitação, a empresa interessada deverá comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, atendendo aos seguintes requisitos:

- Habilitação Jurídica

✓ Registro comercial, no caso de empresa individual;

✓ Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;

✓ Inscrição do ato constitutivo e suas alterações na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

- Regularidade Fiscal e Trabalhista

✓ Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

✓ Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;



- ✓ Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

- Qualificação Econômico-Financeira

- ✓ Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- ✓ Balanço patrimonial do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa .

10.2. O veículo deverá estar devidamente licenciado, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), pelas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), pelas normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), quando aplicáveis, bem como demais legislações pertinentes ao transporte de cargas e máquinas pesadas.

10.3. A contratada deverá assegurar a disponibilidade do caminhão durante toda a vigência contratual, observando padrões adequados de desempenho, segurança, confiabilidade e operacionalidade, devendo a contratada realizar, sempre que necessário, a substituição imediata do veículo em caso de falhas mecânicas, acidentes ou qualquer situação que comprometa a execução dos serviços.

11. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas oriundas da presente contratação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

Projeto/Atividade: 2034 – Manutenção das Ativ da Infraestrutura;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

12.1. Conforme pesquisa de preços realizada através do cotação com fornecedores foi realizada análise da cotação nº 137/2026 gerada pelo sistema elotech, onde após análise das cotações constatou que o menor valor obtido é de R\$ 59.700,00 (Cinquenta e nove mil e setecentos reais).

12.2. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do município de Alta Floresta D'Oeste na Classe/Grupo: 23123 – SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, conforme pode ser encontrado no site <https://pncp.gov.br/app/pca/15834732000154/2026/1>.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. A empresa contratada deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações, além daquelas previstas no edital e contrato:

- a) Disponibilizar o veículo em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança, dentro do prazo estabelecido pela Administração;



- b) Manter o veículo regularmente licenciado, segurado e com documentação em dia, durante todo o período de vigência do contrato;
- c) Realizar manutenção preventiva e corretiva, incluindo reposição de peças, lubrificantes, graxas, filtros, materiais e acessórios, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
- d) Garantir que os equipamentos atendam às especificações técnicas e ambientais, conforme este Termo de Referência;
- e) Substituir, imediatamente, o veículo se apresentar defeitos, falhas mecânicas ou não atender às condições de uso;
- f) Cumprir as normas de segurança do trabalho, trânsito e meio ambiente vigentes, bem como as determinações da fiscalização da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- g) Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas, omissões ou negligência na execução dos serviços;
- h) Arcar com todas as despesas de transporte, manutenção, limpeza e conservação dos veículos, inclusive deslocamento até o pátio da Secretaria;
- i) Manter comunicação direta e imediata com o gestor e fiscal do contrato, informando quaisquer ocorrências que possam afetar a execução dos serviços;
- j) Observar todas as condições estabelecidas no contrato administrativo;
- k) Atender prontamente às notificações, advertências e recomendações emitidas pela Administração;
- l) Manter sigilo e zelo sobre todas as informações operacionais e administrativas obtidas em razão da execução contratual;

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Compete à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste/RO, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMIE):

- a) Designar formalmente o gestor e fiscal do contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar, controlar e atestar a execução;
- b) Efetuar o atesto e o pagamento do serviço prestado, conforme a efetiva execução e as condições contratuais;
- c) Fornecer o motorista e o combustível necessários à execução das atividades;
- d) Exercer a fiscalização contínua sobre as condições técnicas e operacionais dos veículos utilizados;
- e) Comunicar à contratada, de forma imediata, qualquer irregularidade observada durante a execução;
- f) Aplicar, quando cabível, as penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento das obrigações pela contratada;
- g) Garantir que as solicitações de serviço e medições sejam devidamente formalizadas e registradas, assegurando a transparência e rastreabilidade do processo;
- h) Adotar todas as medidas administrativas necessárias para assegurar a regular execução do contrato, preservando o interesse público e a economicidade da contratação.

15. Multas e sanções administrativas

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155º Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;



- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156º Lei nº 14.133/2021):

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/21);
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/21).

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156º, §1º da Lei 14.133/21):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

15.4. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

15.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156º, §8º da lei 14.133/21).

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar, complementar ou esclarecer as informações e documentos apresentados, exclusivamente para fins de verificação da aceitabilidade da proposta, nos termos da legislação vigente.



16.2. O contratado que, por ação ou omissão, contribuir para comprometer a legalidade, a lisura ou a transparência dos procedimentos de contratação da Administração Pública ficará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento contratual e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis, inclusive a responsabilização por perdas e danos eventualmente causados à Administração.

16.3. É vedada a transferência, a cessão ou a subcontratação, total ou parcial, do objeto da contratação, salvo se expressamente autorizada pela Administração, nos termos da legislação aplicável.

16.4. As comunicações oficiais referentes à execução da contratação poderão ser realizadas por meio de correio eletrônico institucional, reputando-se válidas aquelas encaminhadas para o endereço eletrônico informado pelo contratado na proposta ou nos documentos apresentados no processo.

16.5. Considerar-se-á cientificado o destinatário na data da confirmação de leitura da comunicação eletrônica. Na ausência de confirmação, a ciência será presumida após o decurso do prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data do envio da mensagem.

17. LOCAL E DATA, ASSINATURA DO ÓRGÃO INTERESSADO E DO ORDENADOR DE DESPESAS

O presente termo de referência foi elabora por:

Alisson Sabai da Silva

Diretor da Divisão de Registro de Preços

Portaria n.º 019/2026/GAB

Alta Floresta D'Oeste – RO, 26 de junho de 2026.

Ederson Luiz Savegnago

Secretário Municipal

De Infraestrutura

Aprovo o presente Termo de Referência.

Giovan Damo

Prefeito Municipal

Alta Floresta D'Oeste – RO



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – LEI 14.133

18. INTRODUÇÃO

- 18.1. As contratações municipais produzem um certo impacto na atividade econômica, tendo em visto que os recursos envolvidos são instrumento de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.
- 18.2. A Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe que a descrição da necessidade da contratação deve ser fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido. Neste sentido, afirma que o estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.
- 18.3. Assim, justifica-se a necessidade de adoção de medidas que busquem as melhores soluções que atendam aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

19. OBJETO

- 19.1. LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO LS – CAVALO MÊCANICO.

20. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 20.1. A presente contratação tem por objeto a locação de caminhão tipo LS (cavalos mecânicos), destinado ao transporte de máquinas e equipamentos pertencentes à Secretaria Municipal de Infraestrutura, visando atender às demandas de recuperação, manutenção e conservação das estradas vicinais do Município.
- 20.2. A malha viária rural municipal possui extensa abrangência territorial, sendo fundamental para o escoamento da produção agropecuária, transporte escolar, acesso aos serviços públicos essenciais e deslocamento da população residente na zona rural. Em razão das condições climáticas e do desgaste natural das vias, torna-se necessária a execução contínua de serviços de recuperação e manutenção das estradas vicinais, os quais dependem diretamente da utilização de máquinas pesadas, tais como motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, pás carregadeiras, rolos compactadores e retroescavadeiras.
- 20.3. Entretanto, o Município não dispõe de caminhão tipo LS em quantidade suficiente para atender à demanda de transporte dessas máquinas entre os diversos locais de execução dos serviços. A indisponibilidade desse equipamento compromete a mobilização das frentes de trabalho, ocasionando atrasos na execução dos serviços, aumento dos custos operacionais e prejuízos à população usuária das vias rurais.
- 20.4. Assim, a contratação pretendida revela-se indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos de recuperação e manutenção das estradas vicinais, garantindo melhores condições de trafegabilidade, segurança e acessibilidade à população rural do Município,



atendendo plenamente ao interesse público e aos objetivos institucionais da Administração Municipal.

21. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PCA

- 21.1. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual do município de Alta Floresta D'Oeste na Classe/Grupo: 23123 – SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, conforme pode ser encontrado no site <https://pncp.gov.br/app/pca/15834732000154/2026/1>.

22. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 22.1. Para participar da licitação, a empresa interessada deverá comprovar sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, atendendo aos seguintes requisitos:
- Habilitação Jurídica
 - ✓ Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - ✓ Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
 - ✓ Inscrição do ato constitutivo e suas alterações na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.
 - Regularidade Fiscal e Trabalhista
 - ✓ Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - ✓ Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
 - ✓ Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - ✓ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.
 - Qualificação Econômico-Financeira
 - ✓ Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - ✓ Balanço patrimonial do último exercício social, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa .
- 22.2. O veículo deverá estar devidamente licenciado, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), pelas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), pelas normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), quando aplicáveis, bem como demais legislações pertinentes ao transporte de cargas e máquinas pesadas.
- 22.3. A contratada deverá assegurar a disponibilidade do caminhão durante toda a vigência contratual, observando padrões adequados de desempenho, segurança, confiabilidade e operacionalidade, devendo a contratada realizar, sempre que necessário, a substituição imediata do veículo em caso de falhas mecânicas, acidentes ou qualquer situação que comprometa a execução dos serviços



23. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- 23.1. A estimativa da quantidade foi informada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, onde o mesmo informou que essa contratação é necessária enquanto dê tempo hábil a montar um processo de registro de preços.
- 23.2. Tendo em visto que vem aumentando consideravelmente a frota de máquinas pesadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura que necessita ser transportada para a zona rural do município para auxiliar nos trabalhos de recuperação das estradas vicinais.
- 23.3. Segue abaixo a quantidade do objeto a ser contratado:

Item	Discriminação	Und	Quant
1	<p>LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO LS, O CAVALO MECÂNICO DEVE SER NO MÍNIMO 4X2, DEVENDO POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: MOTOR A DIESEL TURBOALIMENTADO DE 06 CILINDROS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 300 CV, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AMBOS DEVE SER NO MÍNIMO DO ANO DE 2.010 OU SUPERIOR.</p> <p>A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva do veículo, incluindo a reposição de peças, materiais, acessórios, lubrificantes, graxas, filtros, conservação e segurança e deslocamento/transporte até o pátio da Secretaria. A Secretaria Municipal de Infraestrutura ficará encarregada de fornecer o motorista e o combustível necessários para a execução dos serviços.</p>	MÊS	3

24. OPÇÕES DE SOLUÇÃO CONSIDERADAS

- 24.1. Para o atendimento da necessidade da demanda, foram analisadas as seguintes opções existentes:
- Aquisição de caminhão LS – cavalo mecânico;
 - Locação de caminhão LS – cavalo mecânico com responsabilidade total da empresa com relação abastecimento, reposição de peças, consertos, manutenção, motorista e demais gastos;
 - Locação de caminhão LS – cavalo mecânico com despesas parciais por parte da empresa, como reposição de peças, consertos e manutenção.

25. ANÁLISE COMPARATIVA

- 3.1 Levando em consideração as opções apresentadas acima, onde buscou-se demonstrar as opções existentes no mercado e em observância aos princípios públicos, economicidade, risco operacional e impacto orçamentário, segue as seguintes análises:
- Opção a:
As vantagens com relação aquisição do objeto estão relacionadas a disponibilidade permanente do equipamento, ausência de pagamento mensal de locação, formação de patrimônio público e possibilidade de utilizado do bem por vários anos.



As desvantagens com relação aquisição estão relacionadas ao elevado investimento inicial, necessidade de previsão orçamentária para aquisição, custos recorrentes com pneus, lubrificantes, peças e manutenções preventivas e corretivas.

- Opção b:

As vantagens com relação a contratação do objeto estão relacionadas a despesa elevada de investimento inicial, redução de custos relacionada a propriedade do veículo, possibilidade de substituição imediata em falha de falhas mecânicas e rapidez na disponibilização do veículo.

As desvantagens com relação a locação conforme informado na opção b é que teria um custo um pouco mais elevado e os pagamentos devem ser realizados de forma continua durante a vigência do contrato

- Opção c:

As vantagens com relação a contratação do objeto estão relacionadas a despesa elevada de investimento inicial, redução de custos relacionada à propriedade do veículo, possibilidade de substituição imediata em caso de falhas mecânicas, menor impacto financeiro e rapidez na disponibilização do veículo. Sendo ainda que a SEMIE possui motoristas capazes de dirigir e possui ata de registro de preços vigente onde adquire combustível por um valor menor.

As desvantagens com relação a locação estão relacionadas ao pagamento contínuo durante a vigência do contrato e dependência da empresa contratada.

- 3.2 Diante da análise realizada, e considerando a necessidade de transporte de máquinas para recuperação das estradas vicinais, a elevada capacidade de investimento exigida para aquisição do caminhão, os custos permanentes de manutenção, seguros, depreciação e gestão da frota, conclui-se que a locação de caminhão conforme apresentado na **OPÇÃO C** mostra-se, em princípio, a solução mais vantajosa para o município, especialmente quando a demanda não é contínua durante todo o ano e quando a Administração não dispõe de recursos suficientes para aquisição imediata do equipamento.

26. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 26.1. Foi realizado levantamento de mercado mediante a consultas preliminares com empresas do ramo, constatando-se ampla disponibilidade do objeto a ser contratado e a existência de diversos fornecedores aptos ao atendimento da demanda.
- 26.2. O objeto possui natureza comum, sendo contratado por várias empresas e municípios.

27. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 27.1. Conforme pesquisa de preços realizada através do cotação com fornecedores foi realizada análise da cotação nº 137/2026 gerada pelo sistema elotech, onde após análise das cotações constatou que o menor valor obtido é de R\$ 59.700,00 (Cinquenta e nove mil e setecentos reais).



28. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 28.1.** A presente descrição da solução contempla a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de caminhão tipo LS, destinado ao transporte de máquinas e equipamentos pesados da Secretaria Municipal de Infraestrutura, visando atender às demandas de recuperação, manutenção, conservação e melhorias das estradas vicinais do Município.

29. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 29.1.** Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar o princípio do parcelamento do objeto quando este for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, visando ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de licitantes, desde que não haja prejuízo ao conjunto da solução ou à sua execução.
- 29.2.** No presente caso, o objeto consiste na locação de caminhão tipo LS para transporte de máquinas pesadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, destinado ao atendimento das demandas de recuperação e manutenção das estradas vicinais do Município.
- 29.3.** Após análise das características da contratação, verifica-se que não se mostra técnica nem economicamente viável o parcelamento do objeto, uma vez que a solução pretendida constitui prestação de serviço única e indivisível, cuja execução depende da disponibilização de veículo com características específicas para o transporte de máquinas pesadas, não sendo possível a sua fragmentação sem comprometer a eficiência operacional e a adequada execução contratual.
- 29.4.** O eventual parcelamento poderia ocasionar dificuldades na gestão e fiscalização contratual, aumento dos custos administrativos, riscos de indisponibilidade do equipamento, conflitos de responsabilidade entre possíveis contratadas e prejuízos à continuidade dos serviços de infraestrutura desenvolvidos pelo Município. Além disso, a contratação de um único fornecedor permite maior padronização na execução dos serviços, melhor controle operacional e maior eficiência na mobilização dos equipamentos entre as diversas frentes de trabalho.
- 29.5.** Destaca-se ainda que o objeto não possui natureza divisível em lotes ou parcelas independentes, uma vez que a necessidade administrativa refere-se à disponibilização de um serviço específico e integrado, cuja execução exige unidade de responsabilidade contratual para garantir a adequada prestação dos serviços e o atendimento tempestivo das demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 29.6.** Dessa forma, considerando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos nos arts. 5º e 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, conclui-se que o não parcelamento da contratação representa a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, não havendo restrição indevida à competitividade, mas sim a busca pela melhor execução do objeto e pela obtenção do resultado pretendido pela Administração Pública.
- 29.7.** Portanto, fica tecnicamente justificada a não adoção do parcelamento do objeto, tendo em vista que sua divisão não proporcionaria ganhos econômicos ou operacionais à Administração e poderia comprometer a eficiência, a continuidade e a qualidade dos serviços a serem contratados.



30. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 30.1. Em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente demonstrativo tem por finalidade evidenciar os resultados que se pretende alcançar com a contratação de empresa especializada para locação de caminhão tipo LS destinado ao transporte de máquinas pesadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 30.2. A contratação visa proporcionar maior eficiência na execução dos serviços de recuperação, manutenção e conservação das estradas vicinais do Município, assegurando condições adequadas para o deslocamento das máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de infraestrutura.
- 30.3. Com a disponibilização do caminhão tipo LS, pretende-se alcançar os seguintes resultados:
- Maior eficiência operacional: Garantir o transporte seguro e ágil das máquinas pesadas entre as diversas frentes de trabalho, reduzindo o tempo de deslocamento e aumentando a produtividade das equipes responsáveis pela execução dos serviços de infraestrutura;
 - Continuidade dos serviços públicos: Assegurar a continuidade das ações de recuperação, patrolamento, cascalhamento, abertura, adequação e manutenção das estradas vicinais, evitando interrupções decorrentes da indisponibilidade de meios adequados para o transporte dos equipamentos;
 - Redução do tempo ocioso das máquinas: Minimizar os períodos de inatividade dos equipamentos pesados, possibilitando que permaneçam efetivamente em operação nos locais de execução dos serviços, contribuindo para melhor aproveitamento dos recursos públicos investidos na frota municipal;
 - Melhoria das condições de trafegabilidade: Contribuir para a manutenção e recuperação da malha viária rural, proporcionando melhores condições de tráfego para moradores, produtores rurais, transporte escolar, veículos de emergência e demais usuários das estradas vicinais;
 - Apoio ao desenvolvimento econômico local: Favorecer o escoamento da produção agrícola e pecuária do município, reduzindo dificuldades logísticas e promovendo melhores condições de acesso às propriedades rurais e aos centros de comercialização.

31. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 31.1. A Secretaria Municipal de Infraestrutura deverá:
- Elaborar Termo de Referência;
 - Designar gestor e fiscal do contrato;
 - Verificar a disponibilidade recurso orçamentário suficiente para tal despesa;
 - Verificar se o caminhão a ser disponibilizado atende às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, incluindo documentação obrigatória, condições mecânicas, equipamentos de segurança e demais requisitos legais aplicáveis;
- 31.2. Não há necessidade de adequação estrutural relevante por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura.



32. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 32.1. Nos termos do art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizada análise quanto à existência de contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto pretendido, consistente na locação de caminhão tipo LS, sem fornecimento de motorista e combustível, destinado ao transporte de máquinas pesadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- 32.2. Verifica-se que a presente contratação possui correlação operacional com outro contrato já realizado pela Administração Municipal, no qual se trata de aquisição de combustível.
- 32.3. Considerando que o caminhão será locado sem motorista e que o abastecimento ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a execução contratual dependerá da existência de contratação vigente para fornecimento de combustíveis, a fim de garantir o pleno funcionamento do veículo durante a prestação dos serviços.
- 32.4. Da mesma forma, a contratação está diretamente relacionada às atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, especialmente aos serviços de recuperação, manutenção e conservação das estradas vicinais, os quais demandam o deslocamento constante de máquinas pesadas entre as diversas frentes de trabalho do Município.
- 32.5. Entretanto, não há dependência de contratação específica que constitua condição prévia para a celebração do contrato pretendido, uma vez que a Secretaria Municipal de infraestrutura possui servidores habilitados para condução do veículo e de instrumentos contratuais destinados ao fornecimento de combustíveis necessários à sua operação.
- 32.6. Dessa forma, conclui-se que existem contratações correlatas à execução do objeto, especialmente aquelas relacionadas ao fornecimento de combustível e à operação dos serviços de infraestrutura, porém não foram identificadas contratações interdependentes cuja inexistência inviabilize a formalização ou a execução da presente contratação.

33. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 33.1. A execução dos serviços de locação de caminhão apresenta baixo impacto ambiental direto, uma vez que a atividade envolve o uso de veículos automotores de apoio à manutenção das estradas vicinais e vias urbanas.
- 33.2. Entretanto, reconhece-se que há impactos indiretos decorrentes da emissão de gases poluentes, do consumo de combustíveis fósseis, do uso de lubrificantes e do gerenciamento de resíduos de óleo e graxa.
- 33.3. Com vistas à mitigação desses impactos, serão adotadas as seguintes medidas preventivas e corretivas:
- Manutenção preventiva dos veículos pela contratada, garantindo o bom estado mecânico e a eficiência dos motores, reduzindo a emissão de fumaça e consumo excessivo de combustível;
 - Utilização de lubrificantes e graxas adequados às normas ambientais, evitando o uso de produtos que contenham substâncias tóxicas ou contaminantes;
 - Armazenamento e descarte correto de resíduos oleosos e materiais contaminados, conforme as normas da Resolução CONAMA nº 362/2005, que trata do recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado;



- Fiscalização periódica por parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para garantir o cumprimento das obrigações ambientais previstas em contrato;

33.4. Essas ações garantem que a execução dos serviços de locação de caminhão seja ambientalmente responsável, em conformidade com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), promovendo a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais.

34. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

- 34.1. Após análise técnica, operacional e econômica, conclui-se que a contratação é viável.
- 34.2. A contratação mostra-se necessária para realizar os trabalhos de recuperação e manutenção das estradas vicinais do município, atendendo principalmente aos moradores da zona rural do município, observando os princípios de legalidade, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 34.3. Verifica-se, ainda, que há compatibilidade com a disponibilidade orçamentária e financeira, inexistindo impedimentos técnicos ou legais que inviabilizem a contratação, razão pela qual recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo para atendimento da necessidade identificada.

35. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Alta Floresta D'Oeste – RO, 25 de junho de 2026.

Joel Henrique Duarte

Matricula 6048



ANEXO II

Item	Discriminação	Und	Quant	Valor unitário em R\$	Valor total em R\$
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO TIPO LS, O CAVALO MECÂNICO DEVE SER NO MÍNIMO 4X2, DEVENDO POSSUIR AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: MOTOR A DIESEL TURBOALIMENTADO DE 06 CILINDROS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 300 CV, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AMBOS DEVE SER NO MÍNIMO DO ANO DE 2.010 OU SUPERIOR. A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva do veículo, incluindo a reposição de peças, materiais, acessórios, lubrificantes, graxas, filtros, conservação e segurança e deslocamento/transporte até o pátio da Secretaria. A Secretaria Municipal de Infraestrutura ficará encarregada de fornecer o motorista e o combustível necessários para a execução dos serviços	UND	3	19.990,00	59.970,00

1. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO (Modelo de Proposta)

Declaramos que a validade desta proposta é de ____ (_____) dias a contar da data de sua entrega.

1. Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e etc.
2. Declaramos que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
3. Prazo da Aquisição: () dias corridos, contado a partir da retirada da respectiva Ordem de Fornecimento.
5. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____, e o nosso telefone para contato é _____, fax _____ e e-mail.

Atenciosamente,

....., ____ de _____ de _____.

Diretor ou representante legal



MINUTA DO CONTRATO

PROC N.º 00000/2026

DISPENSA ELETRONICA N.º 000/2026

TERMO DE CONTRATO DE Nº ____/_____, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA D OESTE E A
EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av Brasil bairro redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa Eletrônica nº XXXXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE ____ (_____) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

2 1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até ____ (_____) meses, prorrogável por até ____ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)



3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal nº/2025.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = I/365 \quad I = 6/100/365 \quad I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;



5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº/2023;



- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente



quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficarão ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1.: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.39.00 –

** Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade*

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)



•Estado de Rondônia•
PREFEITURA MUNICIPAL DE

ALTA FLORESTA D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D Oeste, ____ de _____ de 2026.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO